

## A Problemática da Protecção Social e da Epidemia do HIV-SIDA no Livro *Desafios para Moçambique 2011*

António Francisco e Rosimina Ali

O livro *Desafios para Moçambique 2011* foi apresentado ao público no passado dia 20 de Abril<sup>1</sup>. Esta nota partilha o conteúdo da terceira parte do livro, consagrada às questões da “sociedade”, na esperança que os temas, as abordagens e as conclusões motivem novos debates, reflexões e pesquisas.

Três artigos integram a secção ‘sociedade’ do novo livro do IESE. Os dois primeiros tratam da problemática da protecção social em Moçambique e o terceiro aborda um dos mais prementes problemas de saúde pública e social, o HIV-SIDA.

Directa ou indirectamente, à semelhança de vários artigos no mesmo livro, os três trabalhos aqui referidos levantam importantes questões sobre a natureza do Estado, da economia nacional e das instituições da sociedade moçambicana. Questões, acima de tudo, relativas à capacidade da sociedade moçambicana desenvolver condições para uma segurança humana mais digna dos cidadãos moçambicanos.

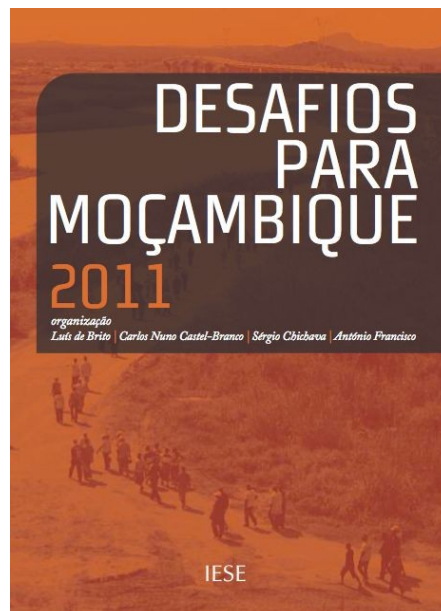
### QUAL É A PRINCIPAL FORMA DE PROTECÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE?

A resposta a esta questão surge no próprio título do primeiro artigo, da autoria de António Francisco (2011).

Segundo Francisco, a viabilidade e sustentabilidade dos sistemas modernos de protecção social, em países subdesenvolvidos como Moçambique, são geralmente avaliadas em torno dos mecanismos financeiros, como se a segurança humana da maioria da população dependesse principalmente da robustez, eficácia e eficiência dos sistemas económico-financeiros prevalentes actualmente em Moçambique.

Porém, quando se presta a devida atenção à demografia da população moçambicana, percebe-se que algo muito mais decisivo determina a protecção social moçambicana. Os factores e mecanismos demográficos jogam um papel muito mais influente e socialmente relevante do que a literatura contemporânea sobre protecção

social tem reconhecido. Segundo o autor, a principal forma de protecção social em Moçambique encontra-se nas relações familiares, entre idosos e jovens, entre mulheres e homens, e só marginalmente as iniciativas dos organismos públicos e privados, formais e informais, proporcionam alguma forma de protecção social a uma



pequena minoria de moçambicanos.

O artigo de Francisco destaca a importância da transição do regime demográfico antigo para o regime demográfico moderno, um fenómeno global conhecido *por transição demográfica*.

Em que fase da transição demográfica está actualmente Moçambique? Para além da resposta a esta questão, o artigo responde a outras não menos interessantes, tais como:

- O que significa ter muitos filhos, em termos gerais, e no caso de Moçambique, em particular?
- Será a estratégia de ‘Ter muitos filhos’ ainda eficaz e eficiente?
- O que define o espaço estratégico da protecção social demográfica?
- Quantos filhos representam um número

demasiado?

- Qual é o nível de desperdício demográfico da actual população moçambicana?
- Não será um paradoxo, em pleno século XXI, que a maioria das crianças moçambicanas continue a morrer antes dos seus próprios pais e avós?
- Se a sociedade moçambicana já não precisa de pelo menos o dobro do total de filhos que tem gerado, pois com apenas três filhos consegue renovar as gerações nas actuais condições de mortalidade, por que e para quê continuar a ter mais filhos do que se precisa? Será que iremos alimentá-los?

Estas, entre outras questões, proporcionam um estimulante desafio intelectual, com importantes implicações práticas, para o desenvolvimento de abordagens mais realistas e adequadas à realidade moçambicana.

Entretanto, após ler este artigo, desengane-se quem possa pensar que o tema da protecção social se esgota aqui. Pelo contrário, o artigo individual de António Francisco gera muitas outras questões, não menos complexas e relevantes, parte das quais são abordadas no segundo artigo da Terceira Parte do Livro, intitulado: “Protecção Social Financeira e Demográfica: Desafios para uma Segurança Humana Digna em Moçambique”.

### PROTECÇÃO SOCIAL FINANCEIRA E DEMOGRÁFICA

O artigo da autoria de Francisco, Ali e Ibraimo mostra que edificar uma base de protecção social para todos, ou para um número crescente de moçambicanos, constitui um desafio enorme, complexo e extremamente difícil, mas de modo algum insuperável.

O artigo defende que a ampliação e consolidação de sistemas modernos de protecção social em Moçambique estão a tornar-se um desafio cada vez mais delicado, complexo e difícil de gerir. Em parte, as dificuldades derivam de facto-

<sup>1</sup>. Ver [www.iese.ac.mz/lib/noticias/2011/Desafios\\_2011\\_web.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2011/Desafios_2011_web.pdf)

res objectivos e estruturais, mas por outro lado, existem também factores institucionais e conjunturais, de natureza política; principalmente no início desta segunda década do Século XXI, em que a reputação de Moçambique como exemplo de sucesso no desenvolvimento económico africano contemporâneo começou a desvanecer nos círculos mais isentos da opinião pública internacional.

Os autores contextualizam o actual debate sobre protecção social em três vertentes – analítica, empírica e debate em falta -, mostrando o carácter limitado e excludente dos sistemas de protecção social, alicerçados nos sistemas financeiros, tanto formais (e.g. sistemas contributivos de segurança social e sistemas não contributivos de assistência social) como informais (e.g. grupos de poupança rotativa, como o chamado *xitique*; associações funerárias e outros grupos comunitários de inter-ajuda).

A exclusão da maioria dos moçambicanos dos sistemas financeiros existentes em Moçambique está relacionada, em parte, com a estrutura laboral e económica; mas por outro lado, o próprio sistema financeiro moçambicano é, em si, muito precário e limitado. Moçambique possui o pior índice de acesso a serviços financeiros na região da África Austral, como constatou a pesquisa *FinScope Moçambique 2009*. Em conjunto, os sistemas financeiros formais e informais fornecem acesso a cerca de 22% da população adulta, significando que 78% dos moçambicanos (a nível rural cerca de 87%) estão totalmente excluídos do sistema financeiro.

Perante este panorama, outras questões tornam-se inevitáveis:

- Se o sistema financeiro nacional, em que se alicerçam os mecanismos formais e informais de protecção social, proporciona acesso a pouco mais de um quinto da população adulta, onde é que os restantes quatro quintos das pessoas excluídas do sistema financeiro buscam sua protecção social?
- Estarão elas totalmente desprotegidas, em termos de apoio básico à criança e mitigação de riscos de insegurança da população idosa?
- Com uma infra-estrutura financeira tão limitada e excludente, será possível aspirar a uma segurança social contributiva e a uma assistência social não contributiva, inclusivas e socialmente relevantes para a maioria da população?

A resposta a estas questões é dada recorrendo ao conceito de Protecção Social Demográfica, definido como o conjunto de relações e mecanis-

mos intergeracionais, de género, familiares, comunitários e sociais que moldam e determinam, directa ou indirectamente, os componentes de mudança demográfica, nomeadamente: mortalidade, natalidade e migrações.

Aos cerca de 80% de moçambicanos adultos, sem qualquer tipo de acesso aos sistemas financeiros, não resta outra alternativa senão procurar garantir a sua segurança e sobrevivência, através dos sistemas reprodutivos e demográficos, estabelecidos ao longo dos séculos em torno das elevadas taxas vitais. Mesmo os moçambicanos com alguma forma de acesso a mecanismos financeiros não podem dispensar o contributo significativo dos mecanismos demográficos.

Portanto, em Moçambique, na ausência de mecanismos financeiros suficientemente extensivos, a maioria da população procura o mínimo de segurança humana digna possível, ao nível da protecção social demográfica.

O artigo termina com algumas considerações relativamente aos desafios e oportunidades da ampliação da protecção social, tais como:

- Como são tomadas as decisões sobre a ampliação da protecção social?
- Quais os principais constrangimentos institucionais?
- Quais as principais oportunidades institucionais?
- Algumas áreas emergentes para consideração futura.

#### **POLÍTICAS DE HIV-SIDA E DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS EM MOÇAMBIQUE**

O terceiro artigo, da autoria de Sandra Manuel, começa por recordar os antecedentes da epidemia do HIV-SIDA em Moçambique.

Duas questões fundamentais conduzem a autora na sua análise: 1) Qual foi a resposta à epidemia do HIV-SIDA, a nível nacional, principalmente a resposta através de políticas públicas, concretizadas em forma de planos? 2) Como é que tais políticas reflectem e interagem com a diversidade das dinâmicas socioculturais do território nacional?

Após apresentar uma breve trajectória do HIV-SIDA, Sandra Manuel centra a atenção nos choques e dilemas entre as políticas e a realidade sócio-cultural. Segundo a autora:

*Na análise das abordagens de controlo de HIV e SIDA no país verifica-se que as medidas e linhas orientadoras da acção partem de perspectivas teóricas, métodos, modelos de aplicação e técnicas provenientes de centros académicos internacionais, organizações das Nações Unidas ou de governos nacionais que não encontram, necessariamente, referentes idênticos a nível local. Embora a co-*

*laboração com entidades e perspectivas universais seja salutar, o ignorar ou a não tomada de consideração das dinâmicas locais pode revelar-se problemática.*

Isto é exemplificado pela autora centrando a atenção em torno dos conceitos de “género” e “tradição”.

Para Sandra Manuel as percepções de género usadas nas políticas de HIV e SIDA ofuscam as especificidades e a diversidade de dinâmicas existentes no país. Entretanto, a autora reconhece que:

*O mais recente Plano Estratégico de combate ao HIV e SIDA, PEN III (2010-2014), apresenta avanços com visões mais holísticas sobre o conceito de género. Neste plano, ficam claros os esforços de diferenciar género e mulher. Depois de reconhecidos os desafios práticos – dificuldade de atingir e envolver homens nas actividades de resposta à SIDA – tanto o PEN III como o Plano de Acção Sobre Género e HIV e SIDA (2009/15) assumem que género não é só mulher. Nos últimos tempos, as estratégias e intervenções vêm assumindo publicamente as consequências do ignorar o homem. Esta constitui uma viragem na colocação da abordagem sobre o género.*

A autora termina a sua reflexão colocando algumas perguntas sobre a maneira como a tradição é negativamente lida e analisada no contexto de planificação do controlo de HIV e SIDA. Por que forçar as lógicas locais à mudança de modo a incorporar modelos importados sem que esta internamente tenha mostrado interesse em seguir tal transformação? Onde colocámos aspectos positivos do universo da “tradição” no controlo de HIV e SIDA?

#### **REFERÊNCIAS**

- Francisco, A. 2011. ‘Ter Muitos Filhos, Principal Forma de Protecção Social numa Transição Demográfica Incipiente: O Caso de Moçambique’. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco, *Desafios para Moçambique 2011*. IESE: Maputo, pp.231-282.
- Francisco, A., Ali, R. e Ibraimo, Y. 2011. ‘Protecção Social Financeira e Demográfica: Desafios para uma segurança humana digna em Moçambique’. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco, *Desafios para Moçambique 2011*. IESE: Maputo, pp. 283-331.
- Manuel, S. 2011. ‘Políticas de HIV SIDA e Dinâmicas Socioculturais em Moçambique’. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco, *Desafios para Moçambique 2011*. IESE: Maputo, pp. 331-351.